

São Paulo, 27 de janeiro de 2009.

Ofício nº 008/2009

Excelentíssimo Senhor
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República do Brasil

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT, vem apresentar algumas questões, de extrema importância, que estão tramitando na Câmara Federal e que interferem, diretamente, na Seguridade Social, para as quais solicitamos especial atenção por parte de Vossa Excelência.

- O PLP 92/2007, que propõe a criação das Fundações Estatais de Direito Privado: em reunião com as centrais sindicais, foram colocadas nossas críticas quanto a este modelo, proposto pelo Ministério da Saúde, para gestão de hospitais. Na ocasião, apresentamos nossos questionamentos quanto ao conteúdo da proposta, que pode descaracterizar o SUS e quanto à forma como foi apresentada, sem debate com o Controle Social. Na ocasião, com Vossa Excelência, foi firmado compromisso de que o Ministério da Saúde procederá à interlocução com a sociedade, fato que até este momento não ocorreu, preocupando ainda mais sobre as consequências nefastas que a possível implantação deste projeto poderá causar ao SUS.

Citamos também algumas medidas que merecem atenção do Executivo devido às repercussões que trazem para o serviço público, tais como:

- PEC 54-A e Emenda Aglutinativa – vem corrigir a situação de servidores que foram contratados diretamente para desenvolver atividades em áreas de relevância pública, como saúde, educação, segurança pública, assistência social, entre outras. Não somos favoráveis a nenhum tipo de favorecimento, mas que se faça justiça com servidores que tem prestado relevantes serviços;

- PL 248/1998 – trata da demissão por insuficiência de desempenho. Nossa preocupação é que esta medida seja utilizada para punição indevida de servidores. Não somos contrários à avaliação, desde que leve em consideração todos os fatores para o desempenho do trabalho, tais como condições dos equipamentos e de trabalho, bem como proceda à avaliação institucional e não venha a se tornar um mero instrumento, utilizado por gestores das três esferas de governo, para responsabilizar unicamente o servidor pelos problemas das instituições.